



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

PROCESSO 046/2026

CONTRATANTE (UASG 984069)
(PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, GÁS COMPRIMIDO, EM CILINDROS DE ALTA PRESSÃO, SENDO ESSE EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI/MG.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 228.251,00 (duzentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e um reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	22
10. DOS RECURSOS	22
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

(Processo Administrativo nº 046/2026)

O **MUNICÍPIO DE ARAGUARI-MG**, por meio Secretaria Municipal de Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação, sediada na Praça Gaioso Neves nº 129, Centro, CEP: 38.440-001, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, para atender a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, GÁS COMPRIMIDO, EM CILINDROS DE ALTA PRESSÃO, SENDO ESSE EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI/MG**.

1.2. A licitação será por LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Licitações Eletrônicas LICITANET (www.licitanet.com.br).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no [LICITANET](#) até o horário previsto para início da sessão.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



2.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.69.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6 e 9 deste Edital.

4.3. Para fins de comprovação da idoneidade do licitante, devem ser juntadas as seguintes certidões em nome da empresa e do sócio majoritário:

4.3.1. SICAF, se houver;

4.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critério de magem de preferência indicados no Termo de Referência, quando foi o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor do item;

5.1.2. Marca e modelo (se houver);

5.1.3. Fabricante (se houver).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **DO LOTE**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.24. **Persistindo o empate**, será assegurada **preferência, sucessivamente**, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. **empresas estabelecidas em âmbito local, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 6.757, de 25 de abril de 2023;**

6.24.2. **empresas estabelecidas em âmbito regional, nos termos do art. 4º, inciso II, da Lei Municipal 6.757, de 25 de abril de 2023;**

6.24.3. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.4. empresas brasileiras;

6.24.5. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.6. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Se a mesma ME/EPP/MEI vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço (Art. 8º, §3º do Decreto Federal nº 8.538/15 c/c art. 187 da Lei Federal nº 14.133/21 c/c art. 47, p. único da LC 123/06 c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 576/23);

6.28. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal (Art. 8º, §3º do Decreto Federal nº 8.538/15 c/c art. 187 da Lei Federal nº 14.133/21 c/c art. 47, p. único da LC 123/06 c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 576/23).

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos documentos previstos no item 4.4.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os itens 3.6 e 5.8 deste edital.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.25. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.25.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se for o caso, em plena validade;

8.25.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.25.5. Exige-se que a empresa contratada tenha experiência comprovada no fornecimento de oxigênio medicinal e no gerenciamento de cilindros, com a devida habilitação conforme as normas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento;

8.26. Requisitos Específicos de Habilitação Técnica ou Atendimento a Normas Técnicas (ABNT, Anvisa, INMETRO, ANTT):

8.26.1. A empresa contratada deve comprovar habilitação técnica para a realização dos serviços, atendendo a todas as normas regulamentadoras aplicáveis, como as da Anvisa, ABNT, INMETRO e ANTT, assegurando a qualidade e a segurança do oxigênio medicinal fornecido.

8.26.2. As empresas devem seguir as normas da ABNT, como a NBR 12.188 e a NBR 13.587, especialmente para gases medicinais.

8.26.3. A RDC 50 da Anvisa estabelece requisitos para o uso seguro de gases medicinais em estabelecimentos de saúde.

8.26.4. O transporte de oxigênio é classificado como produto perigoso e segue a Resolução ANTT 5232/2016.

8.27. Serão exigidos, ainda, os seguintes documentos, conforme normas específicas:

8.27.1. Autorização de Localização e Funcionamento, visto que garante que o estabelecimento se encontra em conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos competentes.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.27.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

8.27.3. Comprovação de registro do estabelecimento no Conselho Regional de classe, se for o caso (LEI Nº 6.839, DE 30 DE OUTUBRO DE 1980).

8.27.4. Registro ou Cadastramento do Produto para Saúde na ANVISA: Conforme exigido pela RDC ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001, RDC nº 24, de 21 de maio de 2009, Instrução Normativa ANVISA nº 13, de 22 de outubro de 2009, Instrução Normativa ANVISA nº 2, de maio de 2011, e Capítulo III do Decreto nº 8.077/2013.

8.27.5. Licenciamento de Funcionamento do Estabelecimento: Emissão pela Vigilância Sanitária estadual, distrital ou municipal, conforme o art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.

8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.29. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.31. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29](#)



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.32. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.32.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.33. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original; por cópia autenticada digitalmente ou em cartório; por servidor público municipal de Araguari-MG lotado na Secretaria Municipal de Logística, Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação (conforme a Lei Federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018).

8.34. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.35. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.36. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.37. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.38. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.38.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.39. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.39.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.40. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.40.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.40.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.41. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.41.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.41.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.42. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.40.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2(duas) horas, para:

8.42.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.42.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.42.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.42.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.43. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.44. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.45. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.40.1.

8.46. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.47. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



8.48. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 [cinco] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 [cinco] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 [cinco] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Secretaria de Logística, Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 11.1.6. fraudar a licitação
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente, por forma eletrônica, no site <https://www.licitanet.com.br/>

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, no site <https://www.licitanet.com.br/>.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.araguari.mg.gov.br/licitacoes-portal> e no Sistema de Licitações Eletrônico LICITANET (www.licitanet.com.br).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Memorial Descritivo;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Araguari, 13 de maio de 2026.

THEREZA CHRISTINA GRIEP
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, SOB A FORMA DE GÁS COMPRIMIDO, EM CILINDRO ENVASADO, SENDO ESSE EM REGIME DE COMODATO.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato e atenderá às necessidades dos departamentos de contratações da Secretaria de Saúde, a fim de gerar melhor qualidade de vida aos pacientes/usuários e cirurgia em animais, conforme exigências técnicas e normativas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento.

1 2. A Contratação é referente ao DFD Nº 453/2026 – SOLICITAÇÃO 1358/2026 –

MAPA DE PRÉVIA 156/2026 - FICHA 731 - FONTE 1600/1621 - FICHA 711 - FONTE 1600/1621 - FICHA 408 - FONTE 1500 - FICHA 417 - FONTE 1500.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UN	QTD	VALOR	VALOR TOTAL
LOTE 1	1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão- capacidade mínima de 1m³- . Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 01 M³ em regime de comodato.	23086	M³	1300	R\$ 169,41	R\$ 220.233,00
	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão- capacidade de 10m³-. Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 10 M³ em regime de comodato	23086	M³	1500	R\$ 40,09	R\$ 8.018,00
TOTAL POR LOTE							R\$ 228.251,00



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



1.3. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 177, de 06 (seis) de setembro de 2022.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que envolve a prestação de serviços cuja interrupção pode comprometer a continuidade da assistência de tratamento domiciliar dos pacientes.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A demanda objeto deste Termo de Referência foi formalizada através do **Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 453/2026** e encontra amparado no Plano Anual de Contratações 2026.

2.3. A contratação por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO**, para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato está plenamente alinhada com o planejamento estratégico do órgão municipal de saúde.

2.4. Dada a essencialidade Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal e a necessidade de estoque suficiente para atender à demanda dos setores mencionados, a contratação é imprescindível para assegurar a continuidade do atendimento.

2.5. A contratação pretende solucionar o seguinte problema: garantir o fornecimento contínuo e seguro de gás oxigênio medicinal, essencial para o funcionamento do Ambulatório de Oxigênio/AD1, Unidades Básicas de Saúde (UBS e UBSF), Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Transporte da Saúde e o Canil Municipal. Esses setores dependem diretamente do fornecimento de gás oxigênio medicinal para atender as necessidades dos pacientes, garantindo tratamentos adequados e a manutenção da saúde pública. A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, em cilindro envasado é necessária para assegurar que esses serviços operem de maneira ininterrupta, especialmente em casos de emergência, transporte de pacientes e cuidados de animais em condições específicas no canil municipal.

2.6. A ausência de um fornecimento constante e seguro de oxigênio medicinal compromete seriamente a eficácia dos atendimentos e a segurança dos pacientes, além de prejudicar o bem-estar dos animais sob cuidado no canil. Portanto, a contratação é essencial para atender a essas demandas com a urgência e a qualidade necessárias.

2.7. Ademais, o regime de comodato deve atender as unidades de saúde com cilindros para recargas de 1 M³ e 10 M³, conforme as necessidades. Esses cilindros em comodato devem atender justificativa da



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



vantajosidade comprovada nos autos será realizada a prorrogação da vigência do Contrato dentro dos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. O contrato de serviços contínuos é essencial para a continuidade das atividades nos locais supracitados poderá ser prorrogado sucessivamente, conforme previsto no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que previsto em edital e documentos acessórios e desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração.

2.10. A prorrogação do contrato e renovação do quantitativo deverá seguir critérios legais e estar prevista no edital e termo de referência da licitação que a originou. E deverão ser formalizadas por meio de contrato ou termo aditivo, detalhando os quantitativos iniciais e a justificativa.

2.11. A prorrogação do contrato deve ser comprovadamente vantajosa para a administração pública, com base em pesquisa de preços e/ ou outros estudos que demonstrem a manutenção da economicidade.

2.12. O processo de licitação será na modalidade **Pregão**, podendo o contrato ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120(cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.13. Para determinar as quantidades necessárias de cilindros de gás oxigênio medicinal, foram consideradas as seguintes variáveis:

- **Histórico de Consumo:** Análise da série histórica de consumo de oxigênio medicinal nas unidades de saúde e outros setores envolvidos.
- **Demanda Ativa e Projetada:** Consideração das demandas atuais e possíveis acréscimos de atividades ou eventos que possam impactar o consumo de oxigênio.
- **o Interdependência com Outras Contratações:** Avaliação das necessidades de outros contratos em vigência que possam afetar a demanda.

2.14. Quantidades Estimadas:

2.14.1. Unidades de Saúde (30 unidades) UBS E UBSF: Necessidade: 1 cilindro de 10m³ por unidade. Total: 30 cilindros de 10m³.

2.14.2. Canil Municipal:

Necessidade: 1 cilindro de 10m³.

Total: 1 cilindro de 10m³.

2.14.3. Centros de Atenção Psicossocial (3 CAPS): Necessidade: 1 cilindro de 10m³ por unidade. Total: 3 cilindros de 10m³.

2.14.5. Ambulatório de Oxigênio:

Necessidade: Média de 40 cilindros de 1m³ com recargas semanais e 10 cilindros de 10m³ para atendimento domiciliar.

Total Semanal: 40 cilindros de 1m³ (com recargas semanais conforme uso) e 10 cilindros de 10m³ conforme necessidade, para atendimento domiciliar.

2.14.6. Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD):

Necessidade: Média de 10 cilindros de 1m³ com recargas semanais e



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



3 cilindros de 10m³ para atendimento domiciliar.

Total Semanal: 10 cilindros de 1m³ (com recargas semanais conforme uso).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Diante das alternativas apresentadas pelo mercado e após análise dos prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato.**

3.3. Essa solução será utilizada para atender ao Ambulatório de Oxigênio/AD1, Unidades Básicas de Saúde (UBS e UBSF), Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Transporte da Saúde, Canil Municipal e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

3.4. A contratação visa a melhoria da qualidade de vida dos pacientes que fazem uso dessa terapia, bem como atender às demandas de cirurgias em animais, deslocamento de pacientes que necessitam de oxigênio, transporte em ambulâncias e situações de urgência nas unidades de saúde.

3.5. O regime de execução indicado é o de empreitada por preço global, adequado para serviços de natureza contínua e com quantidades variáveis, como o fornecimento de gás oxigênio medicinal, cujos pagamentos serão realizados com base nas quantidades efetivamente fornecidas.

3.6. O fornecimento de gás oxigênio medicinal:

- É um serviço contínuo e essencial, de natureza quantitativa variável, conforme o consumo real da unidade de saúde (ANEXO I);
- Depende de quantidades mensais variáveis (cilindros ou recargas de oxigênio líquido), impossibilitando a fixação de um valor global antecipadamente;
- Envolve entrega em quantidades variáveis e pagamento conforme a entrega efetiva, aferido por notas fiscais e controle de recebimento de cada um fiscal de contrato;
- Exige disponibilização de cilindros e logística de abastecimento.

3.7 Por isso, o regime de execução adequado é aquele que permite aferição e pagamento por unidade efetivamente fornecida (m³).

3.8. Exigências Relacionadas aos Insumos

• **Cilindros de Oxigênio Medicinal:** Os cilindros devem estar em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, ANVISA, INMETRO, ANTT) e ser de qualidade comprovada para garantir a segurança e eficácia no fornecimento de oxigênio.

3.9. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

• **Garantia:** A empresa contratada deverá fornecer garantia através de documentos quanto o manuseio, transporte e comércio do gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sobre o funcionamento dos cilindros durante todo o período de locação.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- **Manutenção:** A manutenção preventiva e corretiva dos cilindros será de responsabilidade da empresa contratada, que deverá assegurar que os mesmos estejam sempre em perfeito estado de uso.

3.10. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

- **Técnica:** A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, envasado sob cilindros em regime de comodato oferece uma solução técnica robusta e eficiente, garantindo que todos os setores atendidos tenham acesso contínuo ao oxigênio medicinal necessário para suas operações.
- **Econômica:** A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob cilindros em regime de comodato, em vez da aquisição direta de cilindros e recargas, se mostra economicamente vantajosa ao evitar um alto investimento inicial e custos de manutenção interna.

3.11. A solução escolhida permite maior flexibilidade no ajuste do número de cilindros conforme a demanda, evitando gastos desnecessários.

3.12. Da Garantia Contratual

- Considerando a natureza contínua, o baixo risco técnico e econômico e o pagamento conforme consumo efetivo do gás oxigênio medicinal, não será exigida garantia contratual, nos termos do artigo 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

3.13. Qualificação Técnica ou Econômica

- **Qualificação Técnica:** Exige-se que a empresa contratada tenha experiência comprovada no fornecimento de oxigênio medicinal e no gerenciamento de cilindros, com a devida habilitação conforme as normas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento.
- **Justificativa:** A escolha pela realização do processo licitatório se dá pela necessidade de assegurar a seleção de uma empresa altamente qualificada e capaz de atender as exigências técnicas críticas para a operação segura e eficaz dos serviços de saúde e cuidados de animais.

3.14. Essa solução atende às necessidades técnicas e econômicas do órgão, oferecendo segurança, eficiência e flexibilidade, além de estar alinhada com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Objeto: A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato, para atender à necessidade dos departamentos de contratações da Secretaria de Saúde.

4.2. Contextualização do problema:

4.2.1. A Administração Pública, visando atender à demanda contínua e essencial por gás oxigênio medicinal, em cilindros, realizou a abertura de um processo licitatório por meio de **Pregão**. No entanto, o certame foi declarado deserto, devido à ausência de interessados. Tal fato gerou uma situação crítica, colocando em risco a continuidade de serviços essenciais, que dependem diretamente do fornecimento de oxigênio medicinal. Após tal fato, foi realizada a contratação do objeto por meio de dispensa emergencial e subsequente a renovação desse contrato, e por se tratar de item essencial e contínuo para as atividades dos Departamentos supracitados da Secretaria faz-se obrigatório a contratação por meio de um novo processo de licitação, **Pregão**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



4.3. Importância e essencialidade do objeto:

4.3.1. O fornecimento de oxigênio é indispensável para a realização de diversos serviços públicos e atividades prioritárias, tais como:

4.3.1.1. Atendimento domiciliar de pacientes dependentes de oxigênio para sobrevivência;

4.3.1.2. Utilização em ambulâncias para suporte de vida durante transporte de pacientes em estado crítico;

4.3.1.3. Realização de procedimentos cirúrgicos, inclusive em clínicas veterinárias, onde há demandas de emergência;

4.3.1.4. Garantia da assistência em unidades de saúde que atendem urgências e emergências.

4.3.1.5. A ausência desse insumo configura uma ameaça imediata à saúde e à vida dos usuários, comprometendo serviços que não podem sofrer interrupção sem graves prejuízos ao interesse público.

4.4. Conclusão:

4.4.1. O **Pregão** é medida imprescindível para assegurar a continuidade de serviços essenciais e resguardar a saúde e a vida dos cidadãos, bem como a integridade das atividades públicas diretamente impactadas. Trata-se de uma decisão amparada na legislação e justificada pela urgência da situação.

4.4.2. A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato deve conter:

4.5. Compatibilidade com a Finalidade do Órgão e tempo de entrega:

4.5.1. A contratação é compatível com a finalidade do órgão, garantindo o fornecimento contínuo de gás oxigênio medicinal, essencial para o atendimento adequado e seguro aos pacientes, bem como para o bem-estar dos animais no canil municipal.

4.5.2. **Após a solicitação da implantação do cilindro de oxigênio, que deverá ser realizada por e-mail, o prazo para entrega dos itens solicitados deverão ser de até 72 horas ou 3 dias úteis.**

4.6. Frete ou Entrega da Mercadoria ou Realização do Serviço:

4.6.1. A empresa será responsável por realizar as recargas dos cilindros de oxigênio de forma regular, conforme a demanda dos setores atendidos, e garantir a entrega dos cilindros envasados nos locais indicados. A logística de transporte e entrega deve ser ágil e eficiente para evitar desabastecimento.

4.7. Abastecimento:

4.7.1. A empresa deverá seguir as exigências das Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento;

4.8. Requisitos Específicos de Habilitação Técnica ou Atendimento a Normas Técnicas (ABNT, Anvisa, INMETRO, ANTT):

o A empresa contratada deve comprovar habilitação técnica para a realização dos serviços, atendendo a todas as normas regulamentadoras aplicáveis, como as da Anvisa, ABNT, INMETRO e ANTT, assegurando a qualidade e a segurança do oxigênio medicinal fornecido.

o As empresas devem seguir as normas da ABNT, como a NBR 12.188 e a NBR 13.587, especialmente para gases medicinais. o A RDC 50 da Anvisa estabelece requisitos para o uso seguro de gases medicinais em estabelecimentos de saúde. o O transporte de oxigênio é classificado como produto perigoso e segue a Resolução ANTT 5232/2016.

4.9. Documentação:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- o É essencial manter a documentação adequada, incluindo fichas de segurança, certificados de análise e notas fiscais, para garantir a rastreabilidade.

4.10. Subcontratação:

4.10.1. Não será permitida a subcontratação de serviços relacionados à recarga e manutenção dos cilindros de oxigênio, visto que a responsabilidade integral pelo fornecimento e qualidade do serviço deve ser da empresa contratada.

4.11. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

4.11.1. A empresa contratada deve adotar práticas sustentáveis, como a utilização de veículos de transporte com menor emissão de poluentes e a manutenção de cilindros e reguladores com menor impacto ambiental. Além disso, deve ser incentivado o uso de processos que minimizem desperdícios e promovam a economia de recursos.

4.11.2. Esses requisitos são necessários e suficientes para garantir que a solução escolhida atenda à necessidade pública com eficiência, segurança e responsabilidade, alinhando-se ao planejamento estratégico do órgão e contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde e cuidados de animais no município.

4.11.3. Orientamos que a empresa deverá observar as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, setembro /2023.

4.12. Critério de Reajuste do Contrato:

4.12.1. Fica vedada a aplicação de reajuste em período inferior a 12 (doze) meses, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo contratante, decorrentes de alterações legais, tributárias, econômicas ou regulatórias que impactem de forma direta e comprovada os custos de fornecimento do gás oxigênio medicinal. Nesses casos, poderá ser promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 134 da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto na legislação aplicável e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital ou Contrato vinculado a este Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato deve conter:

5.2. Compatibilidade com a Finalidade do Órgão e tempo de entrega:

5.2.1. A contratação é compatível com a finalidade do órgão, garantindo o fornecimento contínuo de gás oxigênio medicinal, essencial para o atendimento adequado e seguro aos pacientes, bem como para o bem-estar dos animais no canil municipal.

5.2.2. Após a solicitação da implantação do cilindro de oxigênio, que deverá ser realizada por e-mail, o prazo para entrega dos itens solicitados deverão ser em até 72 horas ou 3 dias úteis.

5.3. Necessidade de Garantia e/ou Assistência Técnica:

5.3.1. A empresa contratada deverá garantir a manutenção dos cilindros fornecidos, assegurando que estejam em perfeito estado de funcionamento. Assistência técnica deve ser disponibilizada em caso de falhas ou necessidade de substituição dos equipamentos.

5.4. Frete ou Entrega da Mercadoria ou Realização do Serviço:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.4.1. A empresa será responsável por realizar as recargas dos cilindros de oxigênio de forma regular, conforme a demanda dos setores atendidos, e garantir a entrega dos cilindros envasados nos locais indicados. A logística de transporte e entrega deve ser ágil e eficiente para evitar desabastecimento.

5.5. Abastecimento:

5.5.1. A implantação dos cilindros deverá ser realizada por profissionais treinados e capacitados.

5.5.2. A empresa deverá seguir as exigências das Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento;

5.6. Requisitos Específicos de Habilitação Técnica ou Atendimento a Normas Técnicas (ABNT, Anvisa, INMETRO, ANTT):

5.6.1. A empresa contratada deve comprovar habilitação técnica para a realização dos serviços, atendendo a todas as normas regulamentadoras aplicáveis, como as da Anvisa, ABNT, INMETRO e ANTT, assegurando a qualidade e a segurança do oxigênio medicinal fornecido.

5.6.2. As empresas devem seguir as normas da ABNT, como a NBR 12.188 e a NBR 13.587, especialmente para gases medicinais.

5.6.3. A RDC 50 da Anvisa estabelece requisitos para o uso seguro de gases medicinais em estabelecimentos de saúde.

5.6.4. O transporte de oxigênio é classificado como produto perigoso e segue a Resolução ANTT 5232/2016.

5.7. Documentação:

5.7.1. É essencial manter a documentação adequada, incluindo fichas de segurança, certificados de análise e notas fiscais, para garantir a rastreabilidade.

5.8. Subcontratação:

5.8.1. Não será permitida a subcontratação de serviços relacionados à recarga e manutenção dos cilindros de oxigênio, visto que a responsabilidade integral pelo fornecimento e qualidade do serviço deve ser da empresa contratada.

5.9. Terceirização de Mão-de-Obra:

5.9.1. Não haverá terceirização de mão-de-obra para a execução deste contrato, uma vez que a contratação refere-se exclusivamente à prestação de serviços de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato e acompanhando carrinho para transporte e válvula reguladora com fluxômetro.

5.10. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

5.10.1. A empresa contratada deve adotar práticas sustentáveis, como a utilização de veículos de transporte com menor emissão de poluentes e a manutenção de cilindros e reguladores com menor impacto ambiental. Além disso, deve ser incentivado o uso de processos que minimizem desperdícios e promovam a economia de recursos.

5.10.2. Esses requisitos são necessários e suficientes para garantir que a solução escolhida atenda à necessidade pública com eficiência, segurança e responsabilidade, alinhando-se ao planejamento estratégico do órgão e contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde e cuidados de animais no município.

5.10.3. Orientamos que a empresa deverá observar as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, setembro /2023. Registro dos Equipamentos na ANVISA:

Em conformidade com a RDC ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001, Instrução Normativa ANVISA nº 13, de 22 de outubro de 2009 e Instrução Normativa ANVISA nº 2, de 31 de maio de 2011.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.10.4. Licenciamento de Funcionamento do Estabelecimento: Emissão pela Vigilância Sanitária estadual, distrital ou municipal, conforme o art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.

5.10.5. A duração inicial do contrato de prestação de serviços de fornecimento de oxigênio deverá ser de 12 meses, contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

5.10.6. Assistência Técnica e Manutenção Preventiva e Corretiva: O contrato inclui assistência técnica completa, com manutenção preventiva e corretiva, além da reposição de aparelhos em caso de falhas. A empresa contratada será responsável pela garantia de funcionamento ininterrupto dos dispositivos e pela substituição imediata, sempre que necessário, para evitar interrupções no atendimento aos pacientes.

5.11. Treinamento e Orientação:

5.11.1. A contratada fornecerá treinamento especializado para profissionais de saúde e orientação, quando aplicável, garantindo a correta utilização dos dispositivos e promovendo a segurança dos pacientes.

5.12. Conformidade Regulatória:

5.12.1. Todos os equipamentos e serviços oferecidos deverão estar em conformidade com as regulamentações da ANVISA, conforme exigido pelas resoluções RDC ANVISA nº 185/2001, RDC nº 24/2009 e outras normas correlatas. A empresa contratada também deve possuir licenciamento válido junto à Vigilância Sanitária.

5.13. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.13.1. Dada a complexidade e a escala do processo de transição, devido especialmente o atendimento aos pacientes em uso de equipamentos domiciliares, é fundamental a empresa contratada adote uma abordagem metódica e organizada para garantir que a transição ocorra sem interrupções no atendimento.

5.13.2. No item nº 12 – Providências Previamente à Celebração do Contrato do Estudo Técnico Preliminar, elenca as etapas para a transição.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.17.1. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.17.2. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.17.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.17.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.17.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.17.6. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.17.7. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.17.8. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.17.9. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.17.10. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.18. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII). **6.23.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A mensuração dos serviços será feita mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviço, após autorização do Fiscal de Contrato, nos moldes definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246/2022).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. O prazo de validade;

7.16.2. A data da emissão;

7.16.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. O valor a pagar; e

7.16.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. **7.28.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, visto que se trata de serviço a ser pago após a sua prestação mediante demanda do beneficiário.

8.3. O critério de julgamento será o de menor preço por lote, sendo adotado o regime de execução de empreitada por preço unitário, com pagamento vinculado às quantidades efetivamente fornecidas, considerando a natureza contínua e a variabilidade do consumo de oxigênio medicinal..

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.4.1. SICAF;

8.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.4.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.4.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.4.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.4.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Exigências de Habilitação:

8.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; **8.4.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; **8.4.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); **8.4.13.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.5.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.5.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.21. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



8.6.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.6.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se for o caso, em plena validade;

8.6.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.6.5. Exige-se que a empresa contratada tenha experiência comprovada no fornecimento de oxigênio medicinal e no gerenciamento de cilindros, com a devida habilitação conforme as normas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e

Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento;

8.7. Requisitos Específicos de Habilitação Técnica ou Atendimento a Normas Técnicas (ABNT, Anvisa, INMETRO, ANTT):

8.7.1. A empresa contratada deve comprovar habilitação técnica para a realização dos serviços, atendendo a todas as normas regulamentadoras aplicáveis, como as da Anvisa, ABNT, INMETRO e ANTT, assegurando a qualidade e a segurança do oxigênio medicinal fornecido.

8.7.2. As empresas devem seguir as normas da ABNT, como a NBR 12.188 e a NBR 13.587, especialmente para gases medicinais.

8.7.3. A RDC 50 da Anvisa estabelece requisitos para o uso seguro de gases medicinais em estabelecimentos de saúde.

8.7.4. O transporte de oxigênio é classificado como produto perigoso e segue a Resolução ANTT 5232/2016.

8.8. Serão exigidos, ainda, os seguintes documentos, conforme normas específicas:

8.8.1. Autorização de Localização e Funcionamento, visto que garante que o estabelecimento se encontra em conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelos órgãos competentes.

8.8.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

8.8.3. Comprovação de registro do estabelecimento no Conselho Regional de classe, se for o caso (LEI Nº 6.839, DE 30 DE OUTUBRO DE 1980).

8.8.4. Registro ou Cadastramento do Produto para Saúde na ANVISA: Conforme exigido pela RDC ANVISA nº 185, de 22 de outubro de 2001, RDC nº 24, de 21 de maio de 2009, Instrução Normativa ANVISA nº 13, de 22 de outubro de 2009, Instrução Normativa ANVISA nº 2, de maio de 2011, e Capítulo III do Decreto nº 8.077/2013.

8.8.5. Licenciamento de Funcionamento do Estabelecimento: Emissão pela Vigilância Sanitária estadual, distrital ou municipal, conforme o art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.

8.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 8.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 8.9.7. Ata de fundação;
- 8.9.8. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 8.9.9. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.9.10. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 8.9.11. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 8.9.12. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e
- 8.9.13. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total do lote para contratação é de **R\$228.251,00 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais)**, conforme apostos no item 1.2 na tabela do lote 1 deste Termo de Referência, conforme pesquisa de preço em anexo.
- 9.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 9.3. Para fins de reajuste anual, adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- 9.4. Para realizar a estimativa de valores da contratação, foram utilizadas pesquisas simplificadas de mercado. A pesquisa incluiu:
 - 9.4.1. **Painel de Preços do Governo Federal:** Verificação de preços de contratos similares registrados em bases de dados governamentais.
- 9.5. Parâmetros Utilizados:
 - 9.5.1. Em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, priorizou-se:
 - 9.5.1.1. **Inciso I, §1º e §2º:** Consideração de contratações semelhantes realizadas recentemente por outros órgãos públicos como parâmetro de referência.
 - 9.5.1.2. **Inciso II, §1º e §2º:** Análise da variação de preços e comparação entre diferentes fornecedores para assegurar que os valores estimados sejam compatíveis com a realidade do mercado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Solicitação	Ficha	Fonte	Dotação
1358	731	1600/1621	02.22.10.302.0028.2082.3.3.90.39
	711	1600/1621	02.22.10..301.0028.2098.3.3.90.39
	408	1500	02.11.10.122.0002.2085.3.3.90.39
	417	1500	02.11.10.122.0002.2131.3.3.90.39

Araguari - MG, 02 de março de 2026.

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:

HELENA APARECIDA DE SOUSA CARISIO
Atenção Primária UBS/UBSF e Ambulatório de oxigênio

APROVO:

THEREZA CHRISTINA GRIEP
Ordenadora do Despesas
Secretária Municipal de Saúde de Araguari-MG



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Áreas Requisitantes: Ambulatório de oxigênio/AD1, UBSF/UBS, Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Setor de Transporte da Saúde, Canil Municipal e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Descrição Sucinta do Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato.

Sendo assim atendera à necessidade dos departamentos de contratações da Secretaria de Saúde, a fim de gerar melhor qualidade de vida aos pacientes/usuários e cirurgia em animais, conforme exigências técnicas e normativas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento.

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra amparo no Plano de Contratações Anual, tendo sido devidamente realizado o Documento de Formalização de Demanda e encontra amparo no **DFD número 453/2026**.

A contratação por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO**, para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato está plenamente alinhada com o planejamento estratégico do órgão municipal de saúde.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Dada a essencialidade Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal e a necessidade de estoque suficiente para atender à demanda dos setores mencionados, a contratação é imprescindível para assegurar a continuidade do atendimento.

A contratação pretende solucionar o seguinte problema: garantir o fornecimento contínuo e seguro de gás oxigênio medicinal, essencial para o funcionamento do Ambulatório de Oxigênio/AD1, Unidades Básicas de Saúde (UBS e UBSF), Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Transporte da Saúde e o Canil Municipal.

Esses setores dependem diretamente do fornecimento de gás oxigênio medicinal para atender as necessidades dos pacientes, garantindo tratamentos adequados e a manutenção da saúde pública. A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, em cilindro envasado é necessária para assegurar que esses serviços operem de maneira ininterrupta, especialmente em casos de emergência, transporte de pacientes e cuidados de animais em condições específicas no canil municipal.

A ausência de um fornecimento constante e seguro de oxigênio medicinal compromete seriamente a eficácia dos atendimentos e a segurança dos pacientes, além de prejudicar o bem-estar dos animais sob cuidado no canil. Portanto, a contratação é essencial para atender a essas demandas com a urgência e a qualidade necessárias.

Ademais, o regime de comodato deve atender as unidades de saúde com cilindros para recargas de 1 M³ e 10 M³, conforme as necessidades. Esses cilindros em comodato devem atender essas quantidades por M³ para atendimento das unidades de saúde e também dos veículos de transporte de pacientes, desta forma serão abastecidos com o gás oxigênio medicinal conforme os empenhos emitidos e encaminhados ao fornecedor.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Desde que haja interesse por parte da Administração Pública e juntamente com a justificativa da vantajosidade comprovada nos autos será realizada a prorrogação da vigência do Contrato dentro dos termos da Lei nº 14.133/2021.

O contrato de serviços contínuos é essencial para a continuidade das atividades nos locais supracitados poderá ser prorrogado sucessivamente, conforme previsto no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que previsto em edital e documentos acessórios e desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração. A prorrogação do contrato e renovação do quantitativo deverá seguir critérios legais e estar prevista no edital e termo de referência da licitação que a originou. E deverão ser formalizadas por meio de contrato ou termo aditivo, detalhando os quantitativos iniciais e a justificativa. A prorrogação do contrato deve ser comprovadamente vantajosa para a administração pública, com base em pesquisa de preços e/ ou outros estudos que demonstrem a manutenção da economicidade.

O processo de licitação será na modalidade **Pregão**, podendo o contrato ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120(cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Objeto: A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato, para atender à necessidade dos departamentos de contratações da Secretaria de Saúde.

4.1. Contextualização do problema:

A Administração Pública, visando atender à demanda contínua e essencial por gás oxigênio medicinal, em cilindros, realizou a abertura de um processo licitatório por meio de **Pregão**. No entanto, o certame foi declarado deserto, devido à ausência de interessados. Tal fato gerou uma situação crítica, colocando em risco a continuidade de serviços essenciais, que dependem diretamente do fornecimento de oxigênio medicinal. Após tal fato, foi realizada a contratação do objeto por meio de dispensa emergencial e subsequente a renovação desse contrato, e por se tratar de item essencial e contínuo para as atividades dos Departamentos supracitados da Secretaria faz-se obrigatório a contratação por meio de um novo processo de licitação, **Pregão**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Importância e essencialidade do objeto:

O fornecimento de oxigênio é indispensável para a realização de diversos serviços públicos e atividades prioritárias, tais como:

- Atendimento domiciliar de pacientes dependentes de oxigênio para sobrevivência;
- Utilização em ambulâncias para suporte de vida durante transporte de pacientes em estado crítico;
- Realização de procedimentos cirúrgicos, inclusive em clínicas veterinárias, onde há demandas de emergência;
- Garantia da assistência em unidades de saúde que atendem urgências e emergências.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



A ausência desse insumo configura uma ameaça imediata à saúde e à vida dos usuários, comprometendo serviços que não podem sofrer interrupção sem graves prejuízos ao interesse público.

4.3. Conclusão:

O **Pregão** é medida imprescindível para assegurar a continuidade de serviços essenciais e resguardar a saúde e a vida dos cidadãos, bem como a integridade das atividades públicas diretamente impactadas. Trata-se de uma decisão amparada na legislação e justificada pela urgência da situação.

4.4. A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato deve conter:

Compatibilidade com a Finalidade do Órgão e tempo de entrega:

A contratação é compatível com a finalidade do órgão, garantindo o fornecimento contínuo de gás oxigênio medicinal, essencial para o atendimento adequado e seguro aos pacientes, bem como para o bem-estar dos animais no canil municipal.

Após a solicitação da implantação do cilindro de oxigênio, que deverá ser realizada por e-mail, o prazo para entrega dos itens solicitados deverão ser até **72 horas ou 3 dias úteis**.

4.5. Frete ou Entrega da Mercadoria ou Realização do Serviço:

A empresa será responsável por realizar as recargas dos cilindros de oxigênio de forma regular, conforme a demanda dos setores atendidos, e garantir a entrega dos cilindros envasados nos locais indicados. A logística de transporte e entrega deve ser ágil e eficiente para evitar desabastecimento. • **Abastecimento:**

- o A empresa deverá seguir as exigências das Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento;

4.7 Requisitos Específicos de Habilitação Técnica ou Atendimento a Normas Técnicas (ABNT, Anvisa, INMETRO, ANTT):

- o A empresa contratada deve comprovar habilitação técnica para a realização dos serviços, atendendo a todas as normas regulamentadoras aplicáveis, como as da Anvisa, ABNT, INMETRO e ANTT, assegurando a qualidade e a segurança do oxigênio medicinal fornecido.
- o As empresas devem seguir as normas da ABNT, como a NBR 12.188 e a NBR 13.587, especialmente para gases medicinais.
- o A RDC 50 da Anvisa estabelece requisitos para o uso seguro de gases medicinais em estabelecimentos de saúde. O transporte de oxigênio é classificado como produto perigoso e segue a Resolução ANTT 5232/2016.

• **Documentação:** É essencial manter a documentação adequada, incluindo fichas de segurança, certificados de análise e notas fiscais, para garantir a rastreabilidade.

4.8. Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação de serviços relacionados à recarga e manutenção dos cilindros de oxigênio, visto que a responsabilidade integral pelo fornecimento e qualidade do serviço deve ser da empresa contratada.

4.9. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



A empresa contratada deve adotar práticas sustentáveis, como a utilização de veículos de transporte com menor emissão de poluentes e a manutenção de cilindros e reguladores com menor impacto ambiental. Além disso, deve ser incentivado o uso de processos que minimizem desperdícios e promovam a economia de recursos.

Esses requisitos são necessários e suficientes para garantir que a solução escolhida atenda à necessidade pública com eficiência, segurança e responsabilidade, alinhando-se ao planejamento estratégico do órgão e contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde e cuidados de animais no município.

Orientamos que a empresa deverá observar as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, setembro /2023.

4.11 Critério de Reajuste do Contrato:

Fica vedada a aplicação de reajuste em período inferior a 12 (doze) meses, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo contratante, decorrentes de alterações legais, tributárias, econômicas ou regulatórias que impactem de forma direta e comprovada os custos de fornecimento do gás oxigênio medicinal. Nesses casos, poderá ser promovido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 134 da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto na legislação aplicável e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital ou Contrato vinculado a este Estudo Técnico Preliminar.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

A contratação refere-se exclusivamente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato e visa atender à necessidade dos departamentos da Secretaria de Saúde. Foi realizado previamente todo o levantamento técnico, econômico e de mercado no âmbito do **Pregão** nº061/2025, contudo o referido certame restou fracassado tornando-se necessária a readequação do presente Estudo Técnico Preliminar. Foram analisadas as seguintes alternativas de mercado, considerando seus prós e contras:

- a) a contratação refere-se exclusivamente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato.

Descrição: A empresa forneceria os cilindros de oxigênio em regime de comodato, sendo responsável por todas as recargas e reposição dos cilindros quando o mesmo apresentar defeito.

Prós:

- Eficiência Administrativa: A contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, em regime de comodato centraliza a responsabilidade na empresa contratada, o que reduz a necessidade de gerenciamento interno de estoque e manutenção, economizando tempo e recursos administrativos.
- Vantajosidade Econômica: Evita o alto custo inicial de aquisição dos cilindros, sendo mais econômica a curto e médio prazo, especialmente considerando a inclusão de manutenção e recargas no contrato.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Flexibilidade: Possibilidade de ajustar a quantidade de cilindros conforme a demanda, sem custos adicionais significativos.
- Atualização Tecnológica: A empresa é responsável por garantir que os cilindros estejam sempre em conformidade com as regulamentações vigentes e atualizados tecnicamente.

Contras:

- Dependência da Empresa: O serviço de saúde fica dependente da empresa contratada para a reposição e manutenção dos cilindros, o que pode representar um risco em caso de falhas no fornecimento.
- Aquisição por parte da administração pública de kits como válvula reguladora, fluxômetro, cateteres, copo umidificador e carrinho para transporte.
- Contratação de uma empresa para manutenção preventiva e corretiva dos reguladores e fluxômetros e a troca da válvula em cada recarga e implantação do gás medicinal.

b) Contratação de Serviço de Recarga e Manutenção Terceirizada com Cilindros Próprios:

Descrição: O órgão adquiriria os cilindros, mas contrataria um serviço terceirizado para a recarga e manutenção.

Prós:

- Autonomia Parcial: O órgão manteria a posse dos cilindros, mas terceirizaria a parte mais complexa (recarga e manutenção), o que oferece um meio-termo entre as opções de locação e aquisição completa.
- Controle sobre o Equipamento: A propriedade dos cilindros permite maior controle sobre os equipamentos, mas com suporte técnico externo. **Contras:**
- Custo Duplo: Há custos tanto na aquisição dos cilindros quanto na contratação do serviço terceirizado, o que pode ser mais oneroso do que a locação total.
- Complexidade na Gestão: A necessidade de coordenação entre o gerenciamento interno e o serviço terceirizado pode complicar a administração.

5.1. Análise Final e Justificativa da Escolha

Após a análise das alternativas, a contratação da prestação dos serviços de oxigênio com os cilindros em regime de comodato se mostra a opção mais vantajosa (opção a).

Diante do **Pregão** nº061/2025 restar fracassado foi necessário adequações neste Estudo Técnico Preliminar sendo essa escolha a mais acertiva para solucionar a continuidade do serviço.

Ela oferece um equilíbrio entre custo-benefício, eficiência administrativa e flexibilidade operacional, além de reduzir a necessidade de investimento inicial e de infraestrutura interna.

A dependência da empresa fornecedora é mitigada por critérios rigorosos de seleção e pela possibilidade de estipular cláusulas contratuais que garantam o fornecimento contínuo e a qualidade do serviço.

Dessa forma, essa alternativa melhor atende às necessidades do Ambulatório de Oxigênio/AD1, UBS e UBSF, SAD, CAPS, Transporte da Saúde e Canil Municipal, com maior eficiência operacional.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado e após análise dos prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sendo esse em regime de comodato.**

Essa solução será utilizada para atender ao Ambulatório de Oxigênio/AD1, Unidades Básicas de Saúde (UBS e UBSF), Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), Transporte da Saúde, Canil Municipal e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A contratação visa a melhoria da qualidade de vida dos pacientes que fazem uso dessa terapia, bem como atender às demandas de cirurgias em animais, deslocamento de pacientes que necessitam de oxigênio, transporte em ambulâncias e situações de urgência nas unidades de saúde.

O regime de execução indicado é o de empreitada por preço unitário, adequado para serviços de natureza contínua e com quantidades variáveis, como o fornecimento de gás oxigênio medicinal, cujos pagamentos serão realizados com base nas quantidades efetivamente fornecidas.

O fornecimento de gás oxigênio medicinal:

- É um serviço contínuo e essencial, de natureza quantitativa variável, conforme o consumo real da unidade de saúde (ANEXO I);
- Depende de quantidades mensais variáveis (cilindros ou recargas de oxigênio líquido), impossibilitando a fixação de um valor global antecipadamente;
- Envolve entrega em quantidades variáveis e pagamento conforme a entrega efetiva, aferido por notas fiscais e controle de recebimento de cada um fiscal de contrato;
- Exige disponibilização de cilindros e logística de abastecimento.

Por isso, o regime de execução adequado é aquele que permite aferição e pagamento por unidade efetivamente fornecida (m³).

Exigências Relacionadas aos Insumos

- **Cilindros de Oxigênio Medicinal:** Os cilindros devem estar em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, ANVISA, INMETRO, ANTT) e ser de qualidade comprovada para garantir a segurança e eficácia no fornecimento de oxigênio.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- **Garantia:** A empresa contratada deverá fornecer garantia através de documentos quanto o manuseio, transporte e comércio do gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, sobre o funcionamento dos cilindros durante todo o período de locação.
- **Manutenção:** A manutenção preventiva e corretiva dos cilindros será de responsabilidade da empresa contratada, que deverá assegurar que os mesmos estejam sempre em perfeito estado de uso.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- **Técnica:** A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, envasado sob cilindros em regime de comodato oferece uma solução técnica robusta e eficiente, garantindo que todos os setores atendidos tenham acesso contínuo ao oxigênio medicinal necessário para suas operações.
- **Econômica:** A Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, sob cilindros em regime de comodato, em vez da aquisição direta de cilindros e recargas, se mostra economicamente vantajosa ao evitar um alto investimento inicial e custos de manutenção interna.

A solução escolhida permite maior flexibilidade no ajuste do número de cilindros conforme a demanda, evitando gastos desnecessários.

Da Garantia Contratual

- Considerando a natureza contínua, o baixo risco técnico e econômico e o pagamento conforme consumo efetivo do gás oxigênio medicinal, não será exigida garantia contratual, nos termos do artigo 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica ou Econômica

- **Qualificação Técnica:** Exige-se que a empresa contratada tenha experiência comprovada no fornecimento de oxigênio medicinal e no gerenciamento de cilindros, com a devida habilitação conforme as normas da ANVISA, INMETRO, ANTT e ABNT e Legislações Vigentes para o transporte, abastecimento e armazenamento.
- **Justificativa da Licitação:** A escolha pela realização do processo licitatório se dá pela necessidade de assegurar a seleção de uma empresa altamente qualificada e capaz de atender as exigências técnicas críticas para a operação segura e eficaz dos serviços de saúde e cuidados de animais.

Essa solução atende às necessidades técnicas e econômicas do órgão, oferecendo segurança, eficiência e flexibilidade, além de estar alinhada com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para determinar as quantidades necessárias de cilindros de gás oxigênio medicinal, foram consideradas as seguintes variáveis:

- **Histórico de Consumo:** Análise da série histórica de consumo de oxigênio medicinal nas unidades de saúde e outros setores envolvidos.
- **Demanda Ativa e Projetada:** Consideração das demandas atuais e possíveis acréscimos de atividades ou eventos que possam impactar o consumo de oxigênio.
- **Interdependência com Outras Contratações:** Avaliação das necessidades de outros contratos em vigência que possam afetar a demanda. **Quantidades Estimadas:**

1. Unidades de Saúde (30 unidades) UBS E UBSF:

- **Necessidade:** 1 cilindro de 10m³ por unidade.
- **Total:** 30 cilindros de 10m³.

2. Canil Municipal:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- **Necessidade:** 1 cilindro de 10m³.
- **Total:** 1 cilindro de 10m³.
- 3. **Centros de Atenção Psicossocial (3 CAPS):**
 - **Necessidade:** 1 cilindro de 10m³ por unidade.
 - **Total:** 3 cilindros de 10m³.
- 4. **Transporte da Saúde:**
 - **Necessidade:** Média de 05 cilindros de 1m³ com recargas conforme demanda.
 - **Total Semanal:** 05 cilindros de 1m³ (com recargas conforme uso).
- 5. **Ambulatório de Oxigênio:**
 - **Necessidade:** Média de 40 cilindros de 1m³ com recargas semanais e 10 cilindros de 10m³ para atendimento domiciliar. o **Total Semanal:** 40 cilindros de 1m³ (com recargas semanais conforme uso) e 10 cilindros de 10m³ conforme necessidade, para atendimento domiciliar.
- 6. **Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD):**
 - **Necessidade:** Média de 10 cilindros de 1m³ com recargas semanais e 3 cilindros de 10m³ para atendimento domiciliar.
 - **Total Semanal:** 10 cilindros de 1m³ (com recargas semanais conforme uso).

Memórias de Cálculo:

- **Unidades de Saúde e CAPS:** A demanda foi baseada na necessidade contínua e previsível de oxigênio para suporte às atividades diárias. Cada unidade e CAPS receberá um cilindro de 10m³, atendendo ao histórico de consumo e à capacidade de armazenamento dessas unidades.
- **Canil Municipal:** Necessidade identificada para intervenções veterinárias que requerem o uso de oxigênio. Um cilindro de 10m³ atende à demanda atual.
- **Transporte da Saúde:** Estima-se o uso de 05 cilindros de 1m³ inicialmente e recargas conforme uso, com base na quantidade de deslocamentos diários e na necessidade de oxigênio durante o transporte de pacientes.
- **Ambulatório de Oxigênio:** Considerando o alto fluxo de pacientes e a necessidade de tratamentos contínuos, a média semanal é de 20 cilindros de 1m³.
- **SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar):** Com base na quantidade de atendimentos domiciliares, foi estimada a necessidade de 05 cilindros de 1m³ semanalmente.

Justificativa Técnica e Econômica

A quantidade estimada foi determinada com base em dados concretos de consumo histórico e nas necessidades previstas. A estimativa busca otimizar o uso de recursos públicos, evitando tanto o subdimensionamento quanto o excesso de estoque. A metodologia utilizada considera a continuidade dos serviços e a segurança dos pacientes, garantindo que a demanda por oxigênio seja plenamente atendida, sem interrupções.

A utilização de cilindros em regime de comodato, com recargas semanais realizadas pela empresa contratada, assegura flexibilidade e adequação à demanda variável, além de evitar custos de aquisição e manutenção dos cilindros por parte do órgão público. Isso representa uma solução economicamente vantajosa e tecnicamente adequada para as necessidades identificadas.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos para suprir a demanda por 12 (doze) meses:

<u>LOTE</u>	<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATSERV</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>QUANTIDADE</u>
LOTE 1	1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão-capacidade mínima de 1m³-. Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 01 M³ em regime de comodato.	23086	1M³	1300
	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão-capacidade de 10m³-. Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 10 M³ em regime de comodato .	23086	10 M³	200

8- ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. Metodologia de Estimativa

Para realizar a estimativa de valores unitários e globais da contratação, será utilizada uma pesquisa simplificada de mercado. A pesquisa incluiu:

- Painel de Preços do Governo Federal: Verificação de preços de contratos similares registrados em bases de dados governamentais.

8.2. Parâmetros Utilizados

Em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, priorizou-se:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
LOTE 1	1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão- capacidade mínima de 1m³-. Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 01 M³ em regime de comodato.	23086	1M³	1300	R\$ 150,00
	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gás oxigênio medicinal, gás comprimido, em cilindros de alta pressão- capacidade de 10m³-. Grau de pureza de no mínimo 99,5%. Não inflamável, comburente. Conforme legislação vigente. *Unidade de Referência: Cilindro capacidade de 10 M³ em regime de comodato .	23086	10 M³	200	R\$ 300,00

Valor total estimado do LOTE 1: R\$255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Contudo, no presente caso, verifica-se a inviabilidade do parcelamento da contratação, pelas razões a seguir expostas:

O objeto consiste no fornecimento de oxigênio medicinal, incluindo a disponibilização de cilindros/recipientes em regime de comodato, bem como os serviços correlatos de recarga, manutenção e logística de entrega. Tais elementos constituem um conjunto técnico e operacional indivisível, cuja execução integrada é essencial para garantir a continuidade, a segurança e a eficiência no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



A eventual fragmentação do objeto, com a contratação de fornecedores distintos para o fornecimento do gás e para a disponibilização dos cilindros, poderia gerar incompatibilidades técnicas entre os equipamentos, dificuldades na rastreabilidade e controle dos recipientes, além de riscos operacionais relacionados ao armazenamento, transporte e manuseio do oxigênio medicinal, que é um insumo crítico à assistência à saúde. Além disso, o parcelamento comprometeria a responsabilização contratual, dificultando a apuração de eventuais falhas no fornecimento, bem como a adoção de medidas corretivas de forma célere, o que poderia impactar diretamente na continuidade do atendimento aos pacientes. Sob o aspecto econômico, a contratação unificada mostra-se mais vantajosa, pois possibilita ganhos de escala, otimização logística e redução de custos operacionais e administrativos, além de favorecer a obtenção de melhores condições comerciais junto aos fornecedores.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em não parcelamento mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, garantindo maior eficiência na execução contratual e segurança no atendimento às demandas da rede pública de saúde.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação de fornecimento de gás oxigênio medicinal insere-se em um contexto assistencial mais amplo, no qual sua utilização está diretamente vinculada à disponibilidade de insumos e dispositivos médicos específicos destinados à oxigenioterapia, tais como máscaras, cateteres nasais, umidificadores, fluxômetros, válvulas reguladoras, entre outros.

Nesse sentido, identifica-se a existência de **contratações correlatas e interdependentes**, na medida em que o fornecimento do gás oxigênio medicinal somente atinge sua finalidade pública quando associado à adequada disponibilidade dos materiais necessários à sua administração segura e eficaz aos pacientes.

A contratação do fornecimento de oxigênio medicinal constitui o eixo central da solução, enquanto o **processo de Registro de Preços (RP 07/2026 – LICITAÇÃO 016/2026 - PROCESSO 050/2026) para aquisição de materiais destinados à oxigenioterapia** apresenta natureza correlata, por tratar-se de insumos complementares, e interdependente, uma vez que a ausência desses materiais inviabiliza ou compromete a utilização do gás fornecido.

Apesar dessa relação de dependência funcional, verifica-se que os objetos possuem **natureza distinta**, com mercados fornecedores próprios, dinâmicas de consumo diferenciadas e possibilidades de fornecimento independente. Dessa forma, mostra-se adequada a realização de contratações apartadas, desde que devidamente planejadas e coordenadas, de modo a garantir a compatibilidade entre os insumos e a continuidade da assistência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços para os materiais de oxigenioterapia revela-se medida eficiente, tendo em vista a variabilidade da demanda, a necessidade de reposição contínua e a multiplicidade de itens, permitindo maior flexibilidade na gestão dos quantitativos e na reposição dos estoques.

Por sua vez, o fornecimento de gás oxigênio medicinal demanda solução contratual que assegure abastecimento contínuo, controle logístico e manutenção dos equipamentos vinculados, evidenciando sua especificidade operacional.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Diante disso, a Administração deve assegurar o **planejamento integrado das contratações**, de modo que os instrumentos convocatórios, as especificações técnicas e os cronogramas de fornecimento sejam compatíveis entre si, evitando descompassos que possam comprometer a execução dos serviços de saúde.

Ressalta-se que tal modelagem atende aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, além de mitigar riscos de desabastecimento e assegurar a adequada prestação da assistência à saúde.

Dessa forma, conclui-se que a contratação do fornecimento de gás oxigênio medicinal e o processo de Registro de Preços para aquisição de materiais destinados à oxigenioterapia, embora formalmente distintos, configuram-se como contratações correlatas e funcionalmente interdependentes, devendo ser planejadas e executadas de forma coordenada, a fim de garantir a efetividade da política pública de saúde e a segurança dos pacientes.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com a contratação de gás oxigênio medicinal em regime de comodato, alcançar os seguintes resultados:

11.1. Efetividade

- **Garantia da Continuidade dos Serviços de Saúde**
- **Atendimento Eficiente.**

11.2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

- **Redução da Carga de Trabalho:** A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de gás oxigênio medicinal, envasado sob cilindros em regime de comodato alivia a carga de trabalho dos profissionais de saúde, permitindo que se concentrem no atendimento aos pacientes.
- **Eficiência Operacional:** Com a responsabilidade pela manutenção e recarga dos cilindros sendo assumida pelo fornecedor, os recursos materiais e financeiros da administração são melhor empregados, evitando desperdícios e aumentando a eficiência.

11.3. Desenvolvimento Nacional Sustentável

- **Redução do Impacto Ambiental:** A utilização de cilindros em regime de comodato, com recargas periódicas gerenciadas de forma centralizada, minimiza o desperdício e garante o uso eficiente dos recursos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.
- **Adoção de Práticas Sustentáveis:** A contratação pode incluir cláusulas que incentivem o uso de tecnologias mais limpas e práticas sustentáveis na produção e distribuição do oxigênio medicinal.

11.4. Melhoria da Qualidade dos Produtos e Serviços Oferecidos à Sociedade

- **Acesso Universal e Qualificado ao Tratamento de Oxigenoterapia:** A contratação permitirá que um maior número de pacientes tenha acesso ao oxigênio medicinal, independentemente da sua localização, contribuindo para a equidade no acesso aos serviços de saúde.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- **Aprimoramento dos Serviços de Saúde:** A disponibilidade garantida de oxigênio medicinal em todas as unidades de saúde melhora a qualidade do atendimento e os resultados dos tratamentos oferecidos à população.

11.5. Benefícios Diretos e Indiretos

- **Benefícios Diretos:** Melhoria imediata na capacidade das unidades de saúde de atender pacientes que necessitam de oxigênio, com reflexos positivos na saúde e no bem-estar da população atendida.
- **Benefícios Indiretos:** Contribuição para a formação de um sistema de saúde mais resiliente e preparado para enfrentar crises, além de promover práticas de gestão mais sustentáveis e responsáveis.

Com essa contratação, busca-se não apenas a satisfação de uma necessidade operacional imediata, mas também a promoção de uma gestão pública mais eficiente, econômica e comprometida com o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Procedimentos de Inspeção e Validação

12.1.1. Inspeção Prévia: Realização de inspeções técnicas nos cilindros antes da entrega para garantir que atendem aos requisitos de qualidade e segurança.

12.2. Coordenação com Fornecedor

12.2.1. Planejamento de Entrega e Instalação: Coordenação com o fornecedor para garantir que a entrega e instalação dos cilindros ocorram conforme o planejado, com todos os requisitos técnicos e logísticos atendidos.

12.2.2. Planos de Contingência: Estabelecimento de planos de contingência para lidar com quaisquer problemas que possam surgir durante a instalação e operação inicial dos cilindros.

12.3. Revisão e Ajustes

12.3.1. Revisão de Processos: Avaliação e ajuste dos processos de gestão e fiscalização contratual com base nas primeiras semanas de operação para garantir a conformidade com os termos contratuais e a eficiência dos serviços prestados.

12.3.2. Feedback e Melhorias: Coleta de feedback dos usuários finais e ajustes conforme necessário para melhorar a eficácia da contratação e garantir a satisfação das necessidades operacionais.

Essas providências assegurarão uma transição suave e eficiente para a nova contratação, promovendo a efetiva implementação e gestão dos serviços de oxigênio medicinal e garantindo que todos os aspectos técnicos e administrativos sejam devidamente tratados antes da assinatura do contrato.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente

- Estabelece diretrizes para o controle da poluição e a preservação do meio ambiente. Qualquer atividade que envolva a produção ou distribuição de oxigênio medicinal, especialmente em larga escala, deve estar de acordo com os princípios dessa política.

13.2. Resolução CONAMA nº 01/1986 - EIA/RIMA



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Dispõe sobre a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos potencialmente poluidores. Projetos envolvendo a produção e armazenamento de gases industriais, como o oxigênio, podem requerer essa avaliação.

13.3. Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos

- Aborda a gestão de resíduos gerados por indústrias que produzem ou utilizam oxigênio, como embalagens e cilindros, que podem ter impacto no meio ambiente se descartados de maneira inadequada.

13.4. Resolução CONAMA nº 237/1997 - Licenciamento Ambiental

- Estabelece a necessidade de licenciamento para atividades potencialmente poluidoras, que inclui o manuseio de gases como o oxigênio.

13.5. Norma Regulamentadora nº 20 (NR 20) - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis

- Normativa que regula o armazenamento e manuseio de substâncias perigosas, inclusive gases comprimidos como o oxigênio, que embora não seja inflamável, pode aumentar o risco de combustão em ambientes de trabalho.

13.6 Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

- as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e nas contidas na Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS DECOR/CGU/AGU, de abril/2020, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada (SEI nº 31916502), no que couber.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, verifica-se que a contratação da prestação serviços de gás oxigênio medicinal, sob a forma de gás comprimido, em cilindro envasado, dos itens que constam neste estudo, nas condições e quantidades descritas, é importante para proporcionar uma boa assistência aos usuários do SUS, realizada pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde. Visto isso, constatamos a viabilidade da contratação nos moldes aqui estabelecidos.

Importante salientar que os itens aqui adquiridos são de extrema necessidade para o atendimento aos usuários que precisam de atendimento pelo SUS.

Seguem as fontes e fichas a serem utilizadas:

FICHA	FONTE
731	1600/1621
711	1600/1621
408	1500
417	1500



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



15- ANEXOS

O anexo I, contém os endereços dos locais onde deverão ser entregues os itens da contratação, bem como o DFD de nº 453/2026 e anexo II referente ao termo de comodato.

16- RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Nome: Helena Aparecida de Sousa Carisio Cargo: Enfermeira

Departamento: Ambulatório de oxigênio/AD1

Araguari, 25 de Fevereiro de 2026.

HELENA APARECIDA DE SOUSA CARISIO.

Responsável pela Elaboração do ETP

INDICAR OS FISCAIS DO CONTRATO.

Araguari, 25 de Fevereiro de 2026

ANANCYARA KÉSIA GUIMARÃES

Responsável SAD

KARINEVIANA FERREIRA

Responsável CAPS

JOSÉ HUMBERTO MATTEUCCI RODRIGUES

Responsável pelo transporte Saúde.

HELENA APARECIDA DE SOUSA CARISIO.

Responsável Atenção Primária UBS/UBSF e Ambulatório de oxigênio

OSMAR RIBEIRO JÚNIOR

Responsável Canil Municipal

APROVO:

THEREZA CHRISTINA GRIEP

Secretária Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2026

MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 (Processo Administrativo nº016/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ARAGUARI, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

*O Município de Araguari por intermédio da Secretaria Municipal de XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXX nº XXXX, na cidade de Araguari/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.829.640/0001-49, neste ato representado(a) pela Secretária Municipal XXXXXX Sr. XXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXX, de XX de XXXX de 2025, publicada no *Correio Oficial do Município* de XXXXX XXXXX de 2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, e-mail, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL, GÁS COMPRIMIDO, EM CILINDROS DE ALTA PRESSÃO, SENDO ESSE EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUARI/MG.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- i. O Termo de Referência;
- ii. O Edital da Licitação;
- iii. A Proposta do contratado;
- iv. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos,, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que comprovada a vantagem para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **28/02/2026**.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante requerimento do contratado, observado a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Ente Público para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. A Administração terá o prazo 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Solicitação	Ficha	Fonte	Dotação

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Araguari, ____ de _____ de 202__.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: